

Agora, vai começar a negociação com o Clube de Paris.

Além das discussões com o FMI — que prosseguem em Brasília — e com os bancos credores — previstas para o final do mês — o Brasil deve iniciar na semana que vem uma outra etapa da renegociação de sua dívida externa: a parte relativa ao Clube de Paris, integrado por entidades que representam os principais países industrializados. Ontem, no Rio, o ministro Francisco Dornelles confirmou que o governo vai tentar obter junto a esses países as mesmas condições de refinanciamento que estão sendo encaminhadas com os bancos internacionais, ou seja, 16 anos de prazo para pagamento com mais sete de carência.

Dornelles informou que a dívida com o Clube de Paris, a vencer até 1991, está atualmente em US\$ 6 bilhões, e já nomeou seu assessor Alvaro Alencar como negociador com os membros do Clube. Quanto à negociação com os bancos, estão previstas novas reuniões para este mês, quando os técnicos brasileiros voltarão a insistir num spread de 1 e 1/8% além da Libor, garantia de direito a novos créditos, manutenção de financiamentos de curto prazo num total de US\$ 16 bilhões e na fixação de critérios para o acompanhamento do FMI sobre o desempenho da economia brasileira.

Esse acompanhamento, aliás, continua sendo feito diariamente pela missão do FMI que está no País. Ontem, por exemplo, os membros da missão estiveram pela manhã na Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, discutindo os critérios do controle de pre-



João Luís



Sebastião Vital

ços, e à tarde conversaram com outros técnicos brasileiros sobre a questão dos orçamentos.

No encontro com o chefe da Seap, João Luís da Silva Dias, a missão do FMI questionou o controle de preços, medida que o Fundo considera artificial e contrária às regras da livre iniciativa. Mas, segundo assessores da secretaria, a missão ouviu de Silva Dias as mesmas explicações já dadas publicamente pelo ministro Dornelles: o controle de preços é temporário e foi necessário para coibir abusos que estavam ocorrendo em alguns setores, que reajustavam seus preços muito acima da evolução dos custos reais, a partir de uma expectativa exagerada de inflação.

Na reunião, o chefe da Seap apresentou aos técnicos do FMI a previsão do governo brasileiro para a inflação deste ano: no máximo 200%, sendo que esse índice poderá ser ainda menor porque o governo pretende retomar o controle de pre-

ços depois de julho, quando essa política terá de ser suspensa.

Deficits

No encontro que tratou dos orçamentos, a missão do FMI mostrou preocupação com a possibilidade de o governo resgatar títulos públicos que coloca no mercado. Além disso, apontou várias inconsistências na política monetária, numa verdadeira sabatina com os técnicos brasileiros liderados pelo secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital. Algumas questões levantadas pelo FMI: por que o déficit do Tesouro este ano será de Cr\$ 4 trilhões? por que o déficit da Previdência será de Cr\$ 4,5 trilhões? e por que o orçamento monetário será bem maior do que se previa?

O FMI, ao que parece, continua tentando impor sua forma ortodoxa de apuração do déficit público, sob o argumento de que só ele é capaz de dotar o governo de instrumentos eficazes para conter a ex-

pansão do setor público na economia.

Na reunião, os técnicos brasileiros informaram que o chamado déficit de caixa do Brasil já passa dos Cr\$ 90 trilhões, embora o déficit operacional, que não considera a correção monetária, esteja estabilizado. A partir de hoje, segundo Sebastião Vital, serão formados quatro grupos em separado para discutir os três orçamentos federais e o déficit da Previdência.

Vital disse que os números do déficit consolidado (ou seja, a soma dos déficits de todos os orçamentos) terão de ser obtidos hoje, durante as longas reuniões entre os vários grupos, e a partir daí se farão as projeções e se fixarão as metas a serem incluídas na oitava carta de intenções, que deve ser entregue no dia 14, quando a missão do FMI retorna a Washington.

Devedores — O presidente Sarney apóia a promoção de uma reunião em Brasília para debater a dívida dos países latino-americanos. A idéia é do deputado João Herman (PMDB-SP) e já conta com apoio de outros parlamentares. Ontem, Sarney convocou Herman ao Palácio do Planalto para dizer-lhe ser importante que o governo conte com ampla sustentação da opinião pública para poder negociar em bases melhores. Um bom exemplo nesse sentido, disse o presidente, é Israel, que mesmo com todas as divergências internas sempre consegue unir suas correntes políticas quando se trata de defender os interesses do País.